



**Universidade de Brasília - UnB  
Instituto de Ciências Humanas - IH  
Departamento de Serviço Social - SER**

**MARIA DO NASCIMENTO SANTOS FERREIRA**

**AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS DA  
CIDADE ESTRUTURAL DO DISTRITO FEDERAL**

**Brasília-DF**

**2014**

**MARIA DO NASCIMENTO SANTOS FERREIRA**

**AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS DA  
CIDADE ESTRUTURAL DO DISTRITO FEDERAL**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de  
Serviço Social - SER do Instituto de  
Ciências Humanas - IH da  
Universidade de Brasília - UnB, como  
requisito de obtenção de título de  
Bacharel em Serviço Social.  
Orientador: Prof. Dr. Reginaldo  
Guiraldelli**

**Brasília-DF**

**2014**

**Universidade de Brasília - UnB  
Instituto de Ciências Humanas - IH  
Departamento de Serviço Social - SER**

**Maria do Nascimento Santos Ferreira**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO APRESENTADO AO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA/UnB.**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Reginaldo Guiraldelli (Orientador)  
Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andréia de Oliveira (Professora Examinadora)  
Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília

---

Prof.<sup>a</sup> Msc. Kênia Augusta Figueiredo (Professora Examinadora)  
Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília

Brasília-DF, 08 de Julho de 2014.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus por ter colocado na minha vida pessoas tão especiais, pois elas foram fundamentais para a minha formação; meu pai Dode, e minha mãe Júlia, pena que não estão mais aqui, para comemorar comigo essa vitória, mas como acredito que a vida continua eu sei que eles estão sempre comigo, principalmente nesse momento em que estou sentindo tanto medo.

Aos meus filhos, marido, noras, neto e o Davi, principalmente quando eu estava fazendo esse trabalho e ele me tirava à atenção pedindo para trocar o canal da TV.

A todos aqueles que passaram pela minha vida, e deixaram um pouco de si e do conhecimento que contribuiu para a minha formação acadêmica são eles:

Professores Tania Mara, Lucélia, Marcela, Kênia, Andreia, Priscilla, Perci, Newton Narciso, Marlene, Debora Diniz, Sandra, Adrianyce, Daniella Neves, Lucia Lopes, Silvia Yannoulas, Nair Bicalho e o meu orientador tão querido professor Reginaldo, principalmente quando nos meus momentos de desespero, ele me compreendeu, aconselhou, e me passou a confiança de que eu tanto necessitava.

As minhas amigas de sempre: Haydea, Rosa, Luciana, Fabiana, Otavio, Deni e Maria obrigada pela força.

Aos meus colegas de curso: Andreia, Rayanne, as Fernandas, Sthefanie, Natalia, Sabrina Cristianne, Késsia, João Pedro, Vitor, Mariana Kill, Yago, Kika, Maria Helena, Gabriela, Tati, Indiara, Priscila, Patricia, André e a Simone se esqueci de alguém que me perdoe.

As irmãs Lili, Lucinha, Teca Jacira João e Memeu.

As profissionais das instituições que cooperaram para que eu pudesse concluir esse trabalho.

A Siênia, Michelle, Marlene: que são as profissionais que me deram a autorização para entrar em campo e poder fazer a pesquisa.

As minhas supervisoras de estágio: Ana Lucia e Josefa.

Aos técnicos do departamento: Alexandre, Domingas, Laís, Elton e todos aqueles que sempre nos atende com simpatia e bom humor.

A Tati que trabalha na copa, obrigada pelos nossos papos enquanto eu esperava o professor chegar para me orientar, e também pelos cafezinhos e a água geladinha.

A todos aqueles amigos do semestre depois do nosso, Arina, Ray, Wemia, Bia á gata garota, se esqueci de alguém me desculpe, mas todos foram importantes na minha vida e vou me lembrar de todos vocês com muito carinho.

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo conhecer as condições de trabalho na contemporaneidade e seus rebatimentos no trabalho das assistentes sociais inseridas nas seguintes instituições: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), Valor Ambiental e Centro de Saúde, todas localizadas na Cidade Estrutural do Distrito Federal. O presente estudo analisou tanto a precarização como a feminização e as condições do trabalho dos assistentes sociais na Cidade Estrutural. Para isso levamos em consideração alguns eixos de análise como as relações de gênero, o trabalho em equipe, limites institucionais, o projeto ético-político e as condições de vida e saúde destes profissionais. Para tanto, foi realizada uma pesquisa com enfoque qualitativo, com entrevistas semiestruturadas, por meio de um roteiro previamente elaborado que foi aplicado aos profissionais que estão em exercício nos espaços ocupacionais citados acima. Os sujeitos que fizeram parte da pesquisa foram informados sobre os pontos relevantes da pesquisa, seus objetivos e a metodologia utilizada. Também foram orientados de que todas as informações prestadas serão mantidas sobre sigilo, de forma a assegurar as recomendações éticas da pesquisa científica. Diante do proposto, nossa pesquisa identificou que o exercício profissional nesses espaços sócio-ocupacionais tem sido desenvolvido em condições precárias, muitas vezes não assegurando princípios basilares do código de ética do assistente social de 1993. Tal quadro assinala a necessidade das instituições empregadoras reverem as condições de trabalho a que estes profissionais estão submetidos, pois tal situação pode contribuir para colocar em risco a saúde desses profissionais.

**Palavras-Chave:** Trabalho; Serviço Social; Precarização; Exercício Profissional.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	17
<b>1 TRABALHO E SOCIABILIDADE NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: TRANSFORMAÇÕES E CRISES .....</b>	<b>22</b>
1.1 O MUNDO DO TRABALHO E SUAS RESPECTIVAS TRANSFORMAÇÕES.....	26
1.2 O MUNDO DO TRABALHO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DO NEOLIBERALISMO .....	30
<b>2 A INSERÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO MUNDO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE: ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS, FEMINIZAÇÃO E DESAFIOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO.....</b>	<b>34</b>
2.1 TENDÊNCIAS E EXIGÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO PARA OS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NA ATUALIDADE .....	38
2.2 PESQUISA DE CAMPO: ANÁLISE DOS DADOS .....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	49
REFERÊNCIAS .....	51
ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA: AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NA CIDADE ESTRUTURAL .....	54
ANEXO 2 - ACEITE INSTITUCIONAL .....	56
ANEXO 3 - TERMO DE COMPROMISSO .....	58
ANEXO 4 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	59

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa aproximadamente as condições de trabalho na contemporaneidade e seus rebatimentos no trabalho das assistentes sociais que estão inseridas nas seguintes instituições: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), Valor Ambiental e Centro de Saúde, todas localizadas na Cidade Estrutural do Distrito Federal.

É importante considerar que o interesse pela temática abordada nesse estudo surgiu no decorrer do processo de Estágio curricular obrigatório em Serviço Social 1 e 2, no ano de 2013, momento que possibilitou a experiência de inserção em campo nos diversos espaços onde ocorre o atendimento à população da Cidade Estrutural, diante de diversas demandas advindas de necessidades humanas básicas e direitos sociais.

Dentre os motivos da análise proposta neste estudo, nesse processo de estágio observamos que para a assistente social desenvolver o seu trabalho pautado nas diretrizes e princípios presentes na profissão, ela necessita de condições éticas, técnicas e de infraestrutura<sup>1</sup>, o que muitas vezes não identificamos nesses espaços. Segundo o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2006), as condições concretas para o trabalho profissional estão cada vez mais tensionadas pela ampliação de demandas, e muitas vezes sem a correspondente designação de recursos materiais, financeiros e humanos necessários à manutenção da qualidade do que é prestado à população usuária. Isso acaba impactando diretamente nas condições de trabalho e no exercício profissional do assistente social<sup>2</sup>.

Neste sentido, o trabalho das assistentes sociais se torna comprometido e precarizado devido às condições objetivas existentes nos espaços sócio-ocupacionais, sejam eles públicos, privados ou do terceiro setor. O projeto ético-

---

<sup>1</sup> “Art. 7º Constituem direitos do/a assistente social: a) dispor de condições de trabalho condignas, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional; b) ter livre acesso à população usuária; c) ter acesso a informações institucionais que se relacionem aos programas e políticas sociais e sejam necessárias ao pleno exercício das atribuições profissionais; d) integrar comissões interdisciplinares de ética nos locais de trabalho do/a profissional, tanto no que se refere à avaliação da conduta profissional, como em relação às decisões quanto às políticas institucionais” (CFESS, 2012).

<sup>2</sup> A Resolução CFESS 493 de 21 de agosto de 2006 dispõe sobre as condições éticas e técnicas para o exercício profissional do assistente social.



político e o Código de Ética do Assistente Social de 1993, tem por princípios a construção e defesa dos direitos sociais, formulação e implementação de propostas por meio de políticas públicas para o enfrentamento da questão social, (que é o objeto de trabalho do assistente social), a liberdade, a democracia e a defesa de um outro projeto societário. Para que possa ser feito um trabalho pautado nas diretrizes e princípios propostos pela profissão, se faz necessário que as profissionais que estão inseridas nas instituições tenham tanto condições físicas, quanto financeiras e humanas para responder às demandas oriundas das necessidades imediatas dos sujeitos. Vale lembrar que essas demandas, a rigor, são requisições técnicas e operativas que, através do mercado de trabalho, incorporam as exigências dos sujeitos demandantes (MOTA; AMARAL, 1998, p.3).

Sendo assim, o objetivo deste estudo foi compreender o processo de precarização e seus rebatimentos no trabalho das assistentes sociais que, como trabalhadoras assalariadas e inseridas na divisão social e técnica do trabalho, sofrem os desdobramentos da flexibilização do trabalho nos espaços em que realiza o seu exercício profissional, com recursos financeiros escassos, espaços físicos inadequados, convivendo com insetos, mau cheiro, vínculos trabalhistas instáveis, insegurança, incertezas, pois ao ingressarem no mercado de trabalho precisam vender sua força de trabalho aos empregadores, e muitas vezes essa força de trabalho é vendida por um salário que não é o equivalente à complexidade das ações que desenvolvem. De acordo com Iamamoto (2009, p.13), a assistente social ingressa nas instituições empregadoras como parte de um coletivo de trabalhadores que implementam as ações institucionais e empresariais, e o perfil destes trabalhadores é em sua maioria constituído por mulheres. O que foi comprovado na pesquisa de campo. Nesse sentido, considerando a divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista contemporânea, identificam-se ainda relações assimétricas, hierárquicas e desiguais entre homens e mulheres no mundo do trabalho, também trazendo reflexos para os profissionais do Serviço Social. Por esse motivo analisamos não só a precarização, mas também a feminização da profissão e seus rebatimentos nas condições de vida e saúde de trabalho destas profissionais.

De acordo com estudos que embasaram esta pesquisa, as mulheres, em muitos casos, possuem uma dupla jornada de trabalho, ocasionando sobrecarga de trabalho, o que pode contribuir para inúmeros agravos à sua saúde. De acordo com

Antunes, a mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade duplamente dentro e fora de casa, ou se quisermos, dentro e fora da fábrica (1999, p.108). Nesse aspecto, conforme salienta Raichelis (2011, p.426), nas relações de trabalho, a super-exploração, o desgaste físico e mental no trabalho profissional é um tema novo, pouco debatido e pouco pesquisado, portanto, pouco conhecido do Serviço Social e seus trabalhadores. Tal temática não apresenta acúmulo na literatura profissional e as pesquisas que existem sobre adoecimento decorrente das condições precarizadas em que o trabalho é realizado, não incluem o assistente social, que sofre e adoece a partir do cotidiano do seu trabalho e da violação dos seus direitos sociais, trabalhistas e humanos.

Também é importante considerar que ao longo do tempo houve crescimento da entrada das mulheres no mercado de trabalho, tanto nas áreas formais quanto informais, assim como no setor de serviços. Contudo, essa participação ainda se traduz em empregos precários e vulneráveis (HIRATA, 2001.p.143).

Com base nas análises de Cisne (2012, p.109-114), a divisão sexual do trabalho é o resultado de uma sociedade patriarcal capitalista onde as mulheres ficam com os piores cargos, com empregos precarizados e desvalorizados, e essa não valorização do trabalho feminino faz com que muitas mulheres não se percebam como trabalhadoras e, diante disso, não construam uma identidade com a sua classe.

Sendo assim, essa pesquisa teve como propósito analisar como as transformações ocorridas no mundo do trabalho trouxeram consequências e rebatimentos para as condições objetivas de trabalho dos assistentes sociais, na medida em que esses novos processos de trabalho precarizam o trabalho destas profissionais.

De acordo com Antunes (2005, p. 24), a década de 1980 foi marcada e caracterizada por profundas transformações no mundo do trabalho, em que novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são substituídos pela flexibilização da produção, pela especialização flexível, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado.

Logo, para compreender a atuação do assistente social na Cidade Estrutural, foi necessária uma abordagem com enfoque qualitativo, que tem a capacidade de

responder a questões muito particulares, ocupando-se com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser somente quantificado (MINAYO, 2011, p. 21).

Como referencial teórico para a análise das situações encontradas em campo, foi utilizado o método histórico e dialético, cuja proposta é a de compreender a realidade a partir das suas contradições, entendendo os fatores econômicos, culturais, políticos, ideológicos e sociais, bem como a relação entre totalidade e particularidade.

No que se refere à pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, com roteiro previamente elaborado as cinco profissionais de Serviço Social que trabalham nas instituições da Cidade Estrutural. Essas instituições foram: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), Valor Ambiental e Centro de Saúde. Nestas instituições buscamos identificar empiricamente as condições de trabalho das profissionais, bem como as relações de gênero que se configuram nos espaços onde o exercício profissional ocorre e as condições de vida e saúde das assistentes sociais.

No primeiro contato com os profissionais e no momento da realização das entrevistas realizadas *in loco*, ou seja, nos seus ambientes de trabalho, os sujeitos foram informados sobre os pontos relevantes da pesquisa, os objetivos pretendidos e a metodologia adotada. Em relação aos dados e às informações obtidas, todos foram esclarecidos que suas respostas ficariam mantidas sobre sigilo, respeitando os princípios éticos de uma pesquisa científica. Por isso, todos os sujeitos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cientes dos procedimentos utilizados.

Após a análise, interpretação dos dados e sistematização dos dados obtidos, realizaremos a devolução da pesquisa aos sujeitos partícipes do processo investigativo, por meio de uma reunião previamente agendada.

Diante do exposto e considerando os objetivos propostos, no capítulo 1, foi feita uma discussão sobre a categoria trabalho como fundante da sociabilidade humana, destacando sua centralidade na vida social, além de apresentar as transformações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas sob a égide do modo de produção capitalista, que tem alterado substantivamente as relações de produção e reprodução. Nesse capítulo também se contextualiza as crises

capitalistas, reconhecidas como crises cíclicas e inerentes ao capitalismo, o processo de reestruturação produtiva e seus impactos para a vida dos trabalhadores, além da incorporação aos preceitos neoliberais que afetam diretamente os direitos sociais e humanos.

No capítulo 2, tendo em vista a compreensão das profundas alterações desencadeadas no mundo do trabalho, buscamos situar a inserção das assistentes sociais no mercado de trabalho neste contexto, enfatizando as condições de trabalho, a feminização, os limites e possibilidades nos espaços ocupacionais e os desafios postos ao projeto ético-político profissional, com base no levantamento de dados, análise bibliográfica e pesquisa de campo por meio da realização de entrevista com assistentes sociais na Cidade Estrutural.

## 1 TRABALHO E SOCIABILIDADE NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: TRANSFORMAÇÕES E CRISES

Neste capítulo pretende-se discorrer sobre o processo de trabalho na sociabilidade do capitalismo contemporâneo, levando em conta as transformações e a dinâmica deste, no sentido de entender sua importância para o processo de construção da sociabilidade.

O trabalho é um ato de transformação da natureza realizado por indivíduos, e é através dele que os seres humanos conseguiram se desenvolver tanto físico quanto intelectualmente.<sup>3</sup> Nesse sentido, é pelo trabalho que o homem transforma o meio em que vive, constrói a relação com a natureza e com outros homens, desenvolvendo com isso a produção e a reprodução social.

É por meio da ação consciente para atingir determinado objetivo que o ser humano se diferencia dos outros animais. Diante disso, Antunes (2004) corrobora afirmando que “O trabalho é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (Antunes, 2004 p. 11).

Partindo para uma análise do trabalho na sociedade capitalista, é preciso considerar que para o desenvolvimento da produção no capitalismo, faz-se necessária a apropriação da riqueza que é socialmente produzida por meio da exploração do trabalho. Diante disso, há uma correlação de forças existente entre os detentores dos meios de produção e os trabalhadores, que para sobreviver vendem a sua força de trabalho. Nesse processo, o próprio processo de trabalho é alienado<sup>4</sup> pelo modo de produção capitalista.

---

<sup>3</sup> “O homem por ser o único animal que fabrica seus instrumentos de trabalho alarga as suas potencialidades e pode realizar feitos que não poderia sem os instrumentos por ele fabricados. Tal capacidade estabelece firme distinção entre o trabalho humano e aquele desenvolvido por outros animais, já que o ato de planejar a execução de uma atividade - o próprio trabalho de criar um instrumento ou a transformação de uma matéria em outro objeto - exige do homem uma pré-figuração (teleologia), antes em sua consciência, do que irá executar para, então, em momento posterior, dar curso a uma ação e realizar o que fora pré-concebido” (GRANEMANN, 2009, p.05).

<sup>4</sup> A alienação segundo Marx é um processo no qual o trabalhador é estranho à mercadoria que ele mesmo produziu, pois esse produto não lhe pertence, e sim aos donos dos meios de produção. Nos dias de hoje essa alienação acontece nas grandes empresas automobilísticas, de calçados, de roupas, etc., quando um trabalhador fabrica apenas uma parte, um fragmento do produto, sendo que o próprio produtor não acessa o que produziu. (2002, p.122).

Como a classe trabalhadora não é detentora dos meios de produção, a riqueza por ela produzida não lhe pertence, sendo assim, a força de trabalho transforma-se em mercadoria que o capitalista compra pagando por esse trabalho um salário que não é proporcional a riqueza produzida pelo trabalhador. Ou seja, “O trabalhador não produz só mercadorias ele também é uma mercadoria” (Netto; Braz, 2008).

Nesse processo, Marx afirma que, “[...] o trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso, não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem que produzir mais-valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais valia para o capitalista.”<sup>5</sup> (2009, p.578).

[...] as condições de existência dos seres humanos se tornam sub-humanas no século XIX, com extensas jornadas de trabalho, de 16 a 18 horas, sem direito a férias, sem garantia para a velhice, doença e invalidez; arregimentação de crianças e mulheres, mão-de-obra mais barata; condições insalubres de trabalho, em locais mal iluminados e sem higiene (SILVA, 1999, p.93).

Quando o capitalista compra a força de trabalho, ele não pensa em satisfazer as necessidades do trabalhador, mais sim em satisfazer as suas próprias necessidades que são as de sempre acumular mais capital. As mercadorias produzidas pelo trabalhador são vendidas e o trabalhador não recebe nada pelo tempo de trabalho que ele dispendeu para produzir essas mercadorias, e é dessa forma que é extraída a mais valia. Assim temos o que Marx chama de “Lei do modo de produção capitalista”<sup>6</sup>.

Com isso, percebe-se que a acumulação do capital ocorre pelo acréscimo de uma parte que é variável a sua composição, ou seja, é quando o capitalista que

---

<sup>5</sup> “A produção da mais valia se realiza em duas dimensões: mais valia absoluta e mais valia relativa. A mais valia absoluta se realiza com o prolongamento além do ponto em que o trabalhador produz apenas o equivalente ao valor da sua força de trabalho, com apropriação pelo capitalista do trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em partes: trabalho necessário e trabalho excedente. A mais valia relativa, caracteriza-se pelo prolongamento do trabalho excedente, dá-se através do incremento tecnológico na produção, o qual encurta o trabalho necessário com métodos que permite produzir em menos tempo o equivalente ao salário. A produção de mais valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais” (Marx, 2011, p.578).

<sup>6</sup> Para Marx (2011) O modo de produção capitalista se assenta na exploração da força de trabalho, e pelo trabalho assalariado, a burguesia é detentora dos meios de produção, e isso faz com que existam duas classes distintas: a burguesia e os trabalhadores assalariados.

detém os meios de produção concentra em suas mãos todo seu capital através da mais valia.

Diante das necessidades de contratar mais mão-de-obra é que o capitalista procura pela força de trabalho, dispensando-a quando já usurpou toda a mais valia necessária para atender seus interesses de acumulação e reprodução do capital e criando com isso o que Marx chamou de exercito industrial de reserva, que nada mais é do que a população trabalhadora excedente no mercado de trabalho, pois quanto maior for a oferta de mão-de-obra, melhor para os donos dos meios de produção (capitalista), que com isso aumenta a exploração sobre o trabalhador, reduzindo os salários. Como o trabalhador necessita trabalhar para atender suas necessidades humanas básicas e de sua família, acaba aceitando as condições impostas pelo capitalista ou se rebelando por meio de reivindicações coletivas, greves e mobilizações.

Nesse contexto emerge a questão social<sup>7</sup>, resultado da relação entre a apropriação privada da riqueza pela minoria e a elevada produção da pobreza da classe trabalhadora que reage por meio da luta de classes, que tem seu protagonismo no século XIX com o movimento operário (SANTOS 2012).

Diante disso, se observa que o trabalho é o elemento fundamental para o desenvolvimento da sociedade, bem como elemento central para a determinação da humanidade, que passa ao longo da história por profundas transformações. Quanto a isso, Antunes (2005) afirma que:

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, com o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo maior de heterogeneização e complexificação da classe trabalhadora (p.49).

É característica da sociedade capitalista também o fato de que com o avanço das forças produtivas cresce o desemprego, pois com o avanço tecnológico a força de trabalho é facilmente trocada pelas máquinas que fazem o trabalho que antes era feito por vários trabalhadores, deixando assim milhares de trabalhadores sem seus

---

<sup>7</sup> “A questão social, de acordo com Santos (2012), resulta das relações de exploração do trabalho pelo capital”.

empregos, inclusive a população mais velha que desconhece tal tecnologia, assim como os mais jovens que não possuem experiência.

Logo, o mercado de trabalho se torna um meio complexo, que não absorve a população jovem por não ter experiência, assim como os idosos por não alcançarem o domínio das novas tecnologias, tornando-se “desqualificados” para o mercado. Diante dessa situação, Antunes (2005) argumenta que essa população se submete aos trabalhos precários, subcontratados e muitas vezes insalubres.

Na sociedade capitalista, para que os lucros dos donos dos meios de produção sejam garantidos, é preciso que a população consuma, e nesse caso a população precisa consumir pelo menos o necessário para sua sobrevivência, algo que se torna um ponto crítico quando se está desempregado. Se a população não trabalha, ela não consome e se não consome o sistema entra em crise. Diante das crises, Mota (2009) explica que:

As crises expressam um desequilíbrio entre a produção e o consumo, comprometendo a realização do capital, ou seja, a transformação da mais-valia em lucro, processo que só se realiza mediante as vendas das mercadorias capitalistamente produzidas. Em outras palavras, quando são produzidas mais mercadorias do que a população pode comprar, o processo de acumulação é afetado, uma vez que estoques de mais-valia não asseguram o fim capitalista. Para isso, não basta produzir mercadorias, estas precisam ser transformadas em dinheiro para, rapidamente retornarem ao incessante processo de acumulação do capital: produção/circulação/consumo. As expressões mais emblemáticas das crises são as reduções de operações comerciais, acúmulo de mercadorias estocadas, redução ou paralisação da produção, falências, queda de preços e salários, crescimento desmesurado do desemprego e empobrecimento generalizado dos trabalhadores (p.53-54).

A partir dessas considerações, cabe lembrar que o sistema capitalista desde a sua consolidação passa por crises, e as causas das crises se devem ao aumento da produção, pois diante dessa situação os trabalhadores-consumidores-desempregados precisam ter as condições necessárias para consumir as mercadorias disponíveis no mercado.

Caso isso não ocorra, gera-se um acúmulo e estoque de mercadorias. Diante da falta de consumo ocorre a redução dos preços das mercadorias ou a diminuição da produção ocasionando com isso a diminuição dos lucros dos donos dos meios de produção, fazendo com que o mercado entre em crise. De acordo com Mota:

Longe de serem naturais, as crises revelam as contradições do modo de produção capitalista, entre elas, a sua contradição fundamental, a produção socializada e a apropriação privada da riqueza, também reproduzindo e



criando outras contradições como as existentes entre:1) a racionalidade da produção em cada empresa e a irracionalidade do conjunto da produção e dos mercados capitalistas; 2) a maximização dos lucros de cada corporação empresarial e suas refrações na concorrência, ocasionando a tendência à queda da taxa de lucros; 3) o crescimento da produção de mercadorias e a estagnação ou redução da capacidade de consumo.(2009,p.03).

## **1.1 O MUNDO DO TRABALHO E SUAS RESPECTIVAS TRANSFORMAÇÕES**

O trabalho, como elemento central e fundante da sociabilidade humana, passou e ainda passa por diversas transformações, e no capitalismo assume um duplo caráter, a saber: trabalho concreto e trabalho abstrato, tal como demonstrou Karl Marx, em O Capital (2006). De acordo com o autor, o trabalho concreto diz respeito ao dispêndio de trabalho sob uma forma particular, útil à produção de valores de uso para satisfação das necessidades humanas. Já o trabalho abstrato constitui-se pelo dispêndio de trabalho socialmente necessário à produção das mercadorias, e constitui o valor das mercadorias, expresso em seu valor de troca (MARX, 2006).

Cabe lembrar que tomando como base a produção mercantil-capitalista, o trabalho concreto e o trabalho abstrato constituem uma unidade.

Antunes diz que, “[...] Ao mesmo tempo em que o trabalho é imprescindível para o capital, ele é um elemento central de sujeição, subordinação, estranhamento e reificação” (2010, p.10).

Com isso, o trabalho é na verdade indispensável à vida humana, o que podemos comprovar, a partir de leituras dos diversos autores que embasam esse trabalho, assim, como também é indispensável para essa discussão os modelos de produção capitalista que surgiram desde o final do século XIX e início do século XX, onde tivemos: Taylorismo, Fordismo-Keynesianismo e Toyotismo.

O modelo de produção baseado no Taylorismo surgiu no final do século XIX e começo do século XX. O norte americano Frederick Winslow Taylor, que através de estudos experimentais, coloca em prática um novo modelo de produção, objetivando o aumento da intensidade do trabalho, segundo Dal Rosso (2008). No taylorismo cada trabalhador exercia uma atividade e o controle da produção era feito através do cronômetro, que media ritmo e velocidade do trabalho. Diante disso, Dal Rosso (2008) afirma que: “As características centrais do método da “administração

científica” proposto por Taylor como forma de aumentar o rendimento do trabalho são mantidas e aprofundadas por meio dos controles mecânicos do ritmo e da velocidade do trabalho”. Assim, no taylorismo o trabalhador que produzisse mais em um tempo menor era premiado, e aqueles que não conseguissem produzir no tempo estipulado eram demitidos.

A partir de então, Henry Ford, inspirado no modelo de produção criado por Taylor, desenvolve um novo sistema, que passa a ser chamado de fordismo. O fordismo surge no início do século XX caracterizado pela produção em série, aliando a isso a empregabilidade em massa.

Tanto o taylorismo como o fordismo se caracterizavam pela ampliação da produção, objetivando o aumento dos lucros para os donos dos meios de produção, através da exploração da classe trabalhadora.

Conforme Antunes, o fordismo pode ser considerado como,

A forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados, pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronometro fordista e produção em serie taylorista; pela existência do trabalho parcelar e pelas fragmentações funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões (1988, p.17).

O modelo de produção fordista que tinha como objetivo o consumo em massa aliado ao keynesianismo, introduz um novo sistema de reprodução da força de trabalho que tem como intermediador o Estado.

Em 1929, o capitalismo atravessa uma grande crise que segundo Boschetti e Behring (2010 p.68) “se inicia no sistema financeiro americano, a partir do dia 24 de outubro de 1929, quando a história registra o primeiro dia de pânico na Bolsa de Nova York”. Nessa crise marcada pela superacumulação, havia produtos, porém não existiam consumidores/compradores para o escoamento dos produtos.

A partir desse episódio, o capitalismo precisou regulamentar as condições essenciais de sua própria reprodução. Mas a solução indicada pelos liberais, não foi suficiente para explicar a realidade pela qual o sistema estava passando. De acordo com a proposta do economista inglês John Keynes, era preciso que o Estado interferisse na vida econômica de forma a garantir o equilíbrio do mercado. Keynes

acreditava que com a intervenção do Estado na economia, a crise seria superada, e com isso o país seria conduzido a uma situação de pleno emprego. Para ele, essa crise seria um episódio temporário, e logo desapareceria.

No entendimento de Mota (2008):

O keynesianismo estrutura-se no entendimento de que as crises são produto de uma demanda insuficiente. Por esse motivo, o Estado deve intervir para que aumente o emprego, pois aumentando o emprego aumentaria a renda e por consequência o poder de compra da classe trabalhadora e com isso aumentaria o consumo através de políticas de regulação econômica e social, como a política fiscal, de crédito, salarial e as políticas públicas. O keynesianismo pode ser descrito como um modelo fundado na generalização do assalariamento, no aumento da produtividade e do trabalho e na intervenção social e econômica do Estado (p.127).

Como resposta à crise de 1929, constituiu-se uma política de intervenção estatal. Fazia-se necessário que o Estado buscasse meios para sair da crise, e isso só seria possível com a criação de novos empregos e com políticas sociais que assegurassem emprego à população para que o poder de compra fosse reestabelecido e a economia voltasse a crescer.

Tal momento foi propício para se constituir uma política de intervenção estatal baseada no pacto keynesiano-fordista, de forma a garantir a expansão capitalista por um longo período, que vai vigorar de 1945, período após a Segunda Guerra Mundial até aproximadamente 1973. De acordo com Behring e Boschetti (2011) o keynesianismo e o fordismo constituem-se os pilares do processo de acumulação acelerada do capital no pós 1945, com forte expansão da demanda efetiva, altas taxas de lucros, elevação do padrão de vida da classe trabalhadora no capitalismo central e um alto grau de internacionalização do capital.

Neste período houve investimento na expansão de políticas sociais e na universalização de direitos sociais relacionados ao trabalho, configurando assim um “Estado de Bem Estar Social”.

Porém, nos anos 1970, o capitalismo atravessa uma nova crise que de acordo com Alves (2010) ocasionou uma série de transformações no mundo do trabalho e a busca por novos modelos de acumulação do capital.

A produção em massa foi substituída pela acumulação flexível, ou seja, o que antes era produzido em série passa a adotar a lógica da eficiência e eficácia e só se produz para atender a demanda do mercado consumidor. O toyotismo surge como uma forma de organização do trabalho, inventada na Toyota e a figura principal

desse novo modelo de produção foi o engenheiro japonês Taiichi Ohno, que substituiu o padrão produtivo seriado pelo estoque mínimo, ou seja, só se produz aquilo que realmente será consumido. No toyotismo há um aumento de produção sem aumentar o contingente de trabalhadores. Ao contrário do modelo de produção fordista, que além de larga escala, ainda estocava, no toyotismo só se produz o necessário, baseado no chamado “just in time”, o que gera redução de despesas, pois não é mais necessário espaço para armazenagem de produtos.

O modelo de produção toyotista consolida-se como a nova forma de acumulação do capital, que na visão de Alves (2000) é considerado como, a mais radical e interessante experiência de organização social da produção de mercadorias, sob a era da mundialização do capital na época de uma crise de superprodução. A saída do capital para a superação da crise foi buscar novos espaços e territórios, se instalando principalmente em países subdesenvolvidos, onde a mão-de-obra é mais barata, com alto índice de desemprego. As empresas multinacionais passaram a se inserir e a ocupar territórios de países considerados periféricos, com abundância de matéria-prima e força de trabalho barata. Segundo Alves,

Tal como o taylorismo e o fordismo, o objetivo supremo do toyotismo ou da “produção enxuta” continua sendo incrementar a acumulação do capital, por meio do incremento da produtividade do trabalho, o que vincula à lógica produtivista da grande indústria, que dominou o século XX. Ele pertence, tal como o taylorismo e o fordismo, ao processo geral de racionalização do trabalho (e, portanto, de sua intensificação) instaurado pela grande indústria (2000, p.36).

Com isso, novos processos de transformação surgem no mundo do trabalho e Antunes (2010) diz que essas alterações no mundo do trabalho têm como consequência o desemprego estrutural e a reestruturação produtiva, que se caracteriza pela desregulamentação e flexibilização do trabalho, marcada pelo trabalho precarizado, terceirizado, subcontratado e insalubre. Além disso, Antunes (1988) afirma que a crise e o processo de reestruturação produtiva levaram a uma desproletarização do trabalho industrial, fabril e manual.

## 1.2 O MUNDO DO TRABALHO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DO NEOLIBERALISMO

O capitalismo contemporâneo se caracteriza pela particular combinação do neoliberalismo, da “financeirização do capital” e da reestruturação produtiva, que afetam expressivamente a esfera do trabalho como um todo. Assim, as políticas neoliberais, de forte liberalização e desregulamentação dos fluxos comerciais, financeiros e de capital, ganharam terreno diante das crescentes instabilidades econômicas por volta da década de 1970, marcadamente pela crise do capital.

Quanto a isso Antunes diz que,

[...] o capitalismo viu-se frente a um quadro crítico acentuado. O entendimento dos elementos constitutivos essenciais dessa crise é de grande complexidade, uma vez que nesse mesmo período ocorreram mutações intensas, econômicas, sociais, políticas, ideológicas com fortes repercussões no ideário, na subjetividade e nos valores constitutivos da classe-que-vive-do-trabalho, mutações de ordens diversas e que, no seu conjunto, tiveram forte impacto. Essa crise estrutural fez com que tantas outras consequências, fossem implementadas em amplo processo de reestruturação do capital (2000 p.35-36).

A reestruturação produtiva é um fenômeno que se acentua com a globalização, e se caracteriza pela inovação tecnológica, que exige do trabalhador qualificação, onde as empresas deveriam investir em treinamento, ou seja, para atuar nesse novo mercado de trabalho, e com as novas tecnologias que são introduzidas, o trabalhador precisa ser qualificado. Quanto a isso Mézáros (2006) aponta que a expansão capitalista empurrou milhões de pessoas para a periferia da sociedade, jogadas a própria sorte, responsabilizadas por não terem qualificação e conseqüentemente empregos, culpabilizando os indivíduos pela “desqualificação”. O incremento tecnológico, de maquinário e a falta de qualificação faz com que esses trabalhadores, sejam levados às novas formas de exploração, que são contratos temporários, terceirizações e subempregos, não restando muitas alternativas ao trabalhador. Diante disso Ramalho e Santana (2003) explicam que os sistemas de contratação foram duramente atacados, em busca de uma maior flexibilização da produção e dos mercados. Formas de contratação flexíveis, antes consideradas atípicas, passaram a ser regra, como por exemplo, os contratos temporários, as terceirizações e os subempregos.

Sob o discurso de que o trabalho flexível gera mais oportunidades para a classe trabalhadora, capital e Estado criam mecanismos que enfraquecem a forma contratual de trabalho com carteira assinada e proteção social, substituindo-as por formas aparentemente autônomas, como a cooperativa, o trabalho domiciliar, a prestação de serviços, o trabalho parcial, temporário e etc., transferindo custos variáveis e fixos para o trabalhador e ainda em muitos casos, usurpando direitos sociais (TAVARES, 2009, p.26).

Além desse quadro, o neoliberalismo é caracterizado pela mínima intervenção do Estado no mercado. Os governos neoliberais tiveram em comum um amplo programa de privatização, a abolição do controle sobre fluxos financeiros e o aumento drástico nos níveis de desemprego aliado aos cortes em gastos sociais (Anderson, 1995, p.9-23).

O neoliberalismo foi uma reação contra a interferência do Estado de Bem Estar Social e seu precursor Frederick Hayek, com a publicação da obra “O Caminho da Servidão”, escrita em 1944 (Anderson, 1995, p.9). Hayek fazia duras críticas contra a limitação de mecanismos de mercado por parte do Estado e dizia que era uma ameaça letal à liberdade econômica e política. De acordo com Anderson (1995), Hayek e seus apoiadores criticavam o Estado de Bem Estar europeu, e objetivavam combater o Keynesianismo, o solidarismo e preparar as bases para outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro.

A crise de 1973 vivida pelos países de capitalismo avançado fortaleceu ainda mais os argumentos de Hayek e de seus seguidores, pois acreditavam que a força dos sindicatos e os gastos sociais restringiam os lucros das empresas, gerando com isso um processo inflacionário que levava à crise. Assim, o remédio para a crise seria a contenção de gastos sociais e a liberdade do mercado.

O Estado de Bem Estar ou Welfare State como ficou conhecido internacionalmente, foi uma tentativa do capital de combinar garantia de direitos políticos e direitos sociais mínimos. Os ideólogos neoliberais foram muito críticos com relação ao Estado de Bem Estar ao adotarem as propostas políticas de pleno emprego. De acordo com Behring e Boschetti:

O Welfare State se consolidou nos países de capitalismo avançado, a partir da necessidade da burguesia em realizar concessões e acordos para manter as altas taxas de lucros a partir da exploração da força de trabalho. Por outro lado, o operariado secundarizou a pauta de mudança societária radical em prol de reformas imediatistas, por vias das políticas sociais. Os ganhos a partir de acordos coletivos em torno da produtividade e da expansão das políticas sociais permitiu aos trabalhadores uma melhora nas condições de vida fora da fábrica, incluindo o do consumo e do lazer, praticamente inexistente anteriormente. Neste período os trabalhadores

tinham a sensação de estabilidade no emprego, pois existia ou se fazia acreditar o pleno emprego. Tal conjuntura diminuía a radicalidade das lutas dos trabalhadores, fazendo-se acreditar que era possível a combinação de acumulação em certos níveis de desigualdade (2011 p.87-88).

A partir dos anos 1970, a introdução de novas tecnologias acarretaram mudanças substantivas no mundo do trabalho, e tais mudanças se deram com base na adesão às leis trabalhistas mais flexíveis e o enfraquecimento dos sindicatos. Quanto a isso, Antunes atesta que,

Por não conseguir superar essas limitações, apesar de sua radicalidade, a ação dos trabalhadores enfraqueceu-se e refluíu, não sendo capaz de se contrapor hegemonicamente à sociabilidade do capital. Sua capacidade de auto-organização, entretanto “perturbou seriamente o funcionamento do capitalismo”, constituindo num dos elementos causais da crise de 1970 (2000, p.44).

Diante desse cenário, é importante considerar que as crises são inerentes ao sistema capitalista, mas estas ocorrem de maneira e condições variadas. Netto (2006) diz que as crises não tem uma única causa, pois são resultado da dinâmica contraditória do capitalismo; as múltiplas contradições que o constituem convergem nas crises. Com isso, se observa que a crise de 1929 se deu devido à superacumulação, ou seja, quando são produzidas mercadorias e a população não tem condições para consumi-las. Já em 1973 houve uma nova crise, mas desta vez era a crise do petróleo, somada a outros fatores, como a Guerra do Vietnã, dentre outros. Mas o que fica disso tudo é que a cada nova crise que surge, a classe trabalhadora é quem paga, pois as grandes empresas e os governos no intuito de superar as crises desregulam e reduzem os direitos sociais que haviam sido conquistados pelos trabalhadores, estimulando as privatizações e intensificando a exploração da classe trabalhadora. Com base em Mota,

[...] os impactos das crises apresentam-se diferenciados para os trabalhadores e os capitalistas. Para os capitalistas, trata-se do seu poder ameaçado; para os trabalhadores, da submissão intensificada. Estes últimos são frontalmente penalizados na sua materialidade e subjetividade posto que afetados pelas condições do mercado de trabalho, com o aumento do desemprego, as perdas salariais, o crescimento do exército industrial de reserva e o enfraquecimento das suas lutas e capacidade organizativa (2009, p.04).

A partir da reestruturação produtiva e da adesão aos preceitos neoliberais, o modo de produção capitalista busca novas formas de acumulação com menos custo, e exploração da mão-de-obra. Com isso, a classe trabalhadora fica refém de um

mercado que só tem a lhe oferecer trabalhos precários, terceirizados e em condições sub-humanas. Diante disso, Netto (2012) diz que o chamado mercado de trabalho vem sendo radicalmente reestruturado e todas as inovações levam a precarização das condições de vida da massa dos vendedores de força de trabalho. A ordem do capital é hoje reconhecidamente a ordem do desemprego e da informalidade.

Muitos trabalhadores aceitam trabalhar na informalidade e em condições precárias, pois precisam sustentar suas famílias, e isso os obriga a aceitar certos tipos de trabalho. Além do mais, muitos trabalhadores são migrantes em busca de melhores condições de vida e de mobilidade social, e alguns são estrangeiros vivendo clandestinamente em determinadas localidades, em muitos casos, em regime de escravidão.

Tavares (2009) explica que a lógica do capital não é a que todos ganhem, ao contrário, é preciso que muitos percam para que alguns ganhem. Para que o capital continue atendendo seus propósitos, que se baseiam na produção da mais-valia, é preciso que os trabalhadores tenham seus direitos trabalhistas desregulamentados, seus empregos precarizados e flexibilizados, marcados pela instabilidade, insegurança e incertezas.

Contudo, a precarização do trabalho não é um fenômeno recente, mas ela se acentuou quando no mundo do trabalho passam a ocorrer mudanças tanto econômicas quanto sociais, e tais mudanças trouxeram não só o desemprego em dimensão estrutural, mas também flexibilização nas relações trabalhistas, a perda de direitos trabalhistas e sociais, rebaixamento salarial, intensificação do trabalho, extensas jornadas, cumprimento de metas de produtividade, sobrecarga, afetando objetiva e subjetivamente a própria saúde física e mental desses trabalhadores.

Nesse caso, os assistentes sociais, como trabalhadores assalariados, que vendem a força de trabalho em troca de salário, estão também inseridos nessa dinâmica societária e são submetidos a condições precárias, flexíveis e regimes contratuais de trabalho marcados pela instabilidade e desregulamentação de seus direitos.



## **2 A INSERÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO MUNDO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE: ESPAÇOS SÓCIOS-OUACIONAIS, FEMINIZAÇÃO E DESAFIOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO.**

O Serviço Social, inserido na divisão social técnica do trabalho e historicamente determinado pelas relações entre as classes em confronto na sociedade capitalista, é uma profissão interventiva e que tem no assistente social o profissional que atua na formulação e implementação de propostas por meio de políticas públicas para o enfrentamento da questão social.

Segundo lamamoto (2009), a questão social está relacionada às desigualdades existentes entre as classes, tendo sua origem assentada na riqueza produzida por muitos e apreendida por poucos. Enquanto uma grande parcela da sociedade passa necessidade, uma pequena porção dessa mesma sociedade se apropria de toda riqueza que é produzida, gerando com isso um conflito entre as classes. Nesse aspecto, lamamoto (2008, p.120) argumenta que “É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade”.

Vale lembrar também que a intervenção profissional se desenvolve nas organizações estatais, empresariais e filantrópicas através da formulação, planejamento e implementação<sup>8</sup> das políticas sociais. De acordo com lamamoto

---

<sup>8</sup> A Lei 8.662 de 07 de junho de 1993, que regulamenta a profissão, tem nos seus artigos 4º e 5º as competências e atribuições do assistente social, estabelecendo o seguinte: Artigo 4º: Constituem competência do Assistente Social: I- elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II- elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas, e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III-encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e a população; IV- vetado; V-orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa dos direitos; VI- planejar, organizar e administrar benefícios e Serviço Sociais; VII-planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII-prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX- prestar assessoria e apoio aos movimentos sócias em matérias relacionadas às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X- planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de unidade de Serviço Social; XI- realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de

(2009, p.20), “O assistente social tem sido historicamente um dos agentes profissionais que implementam políticas sociais, especialmente políticas públicas”. Assim o profissional, ao ser inserido nas instituições e organizações públicas, privadas ou do terceiro setor, para vender sua força de trabalho, tem que atender as demandas constituídas por essas instituições as quais estão vinculados. Mas para que o assistente social possa assegurar um trabalho que esteja em consonância com o Código de Ética Profissional de 1993, exige-se uma postura crítica e desafios políticos para a garantia de princípios que muitas vezes não se convergem com os interesses institucionais, explicitando as contradições entre demandas institucionais e demandas profissionais, entre a condição de trabalho assalariado e as prerrogativas do projeto ético-político profissional. Tal cenário incide na autonomia profissional, e por isso, ela se constitui de forma relativa. Sobre isso, Raichelis (2011 p 425) faz a seguinte observação.

[...] a mercadoria força de trabalho só pode entrar em ação, se dispuser de meios e instrumentos de trabalho que, não sendo de propriedade do assistente social devem ser colocados a sua disposição pelos empregadores institucionais recursos materiais, humanos, financeiros, para o desenvolvimento de programas, projetos, serviços, benefícios e de um conjunto de outras atribuições e competências de atendimento direto ou em nível de gestão e gerenciamento institucional. As implicações desse processo são profundas e incidem na autonomia relativa desse profissional que não possui como vimos o poder de definir as prioridades.

No mais, aspectos conjunturais e estruturais da realidade social incidem no exercício profissional dos assistentes sociais, como é o caso da crise capitalista, contrarreforma do Estado, neoliberalismo e reestruturação produtiva.

Além do mais, as profundas mudanças ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas, acarreta degradação, intensificação, flexibilização, terceirização e precarização, diante das contratações e formas de trabalho precarizadas, marcadas por baixos salários, ausência de estabilidade no emprego, sobrecarga, ritmo intenso, extensa jornada de trabalho, pressões e cobranças diante de metas de produtividade.

Diante disso, Iamamoto explica que,

As tendências do mercado de trabalho, apontadas por inúmeros estudiosos, indicam uma classe trabalhadora polarizada, com uma pequena parcela com emprego estável, dotada de força de trabalho altamente

---

benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. (CFESS, 1993).

qualificada e com acesso a direitos trabalhistas e sociais e uma larga parcela da população com trabalhos precários, temporários, subcontratados etc. (2009, p.32).

Com base nessa realidade, a pesquisa do CRESS (2005), 16ª Região, de Alagoas, revelou que a profissão permanece sendo predominantemente feminino o que se confirmou na pesquisa de campo realizada no espaço sócio ocupacional. Além do mais, estudos sobre o mundo do trabalho e as relações sociais de gênero revelam a perpetuação da divisão sexual do trabalho como forma de dar continuidade às relações hierárquicas e assimétricas entre homens e mulheres no mundo do trabalho, reproduzindo padrões de desigualdade. Iamamoto reforça esta reflexão quando diz que,

Trata-se de uma profissão atravessada por relações de gênero enquanto tem uma composição social predominantemente feminina, o que afeta sua imagem na sociedade e as expectativas sociais vigentes diante da mesma. Esse recorte de gênero explica, em parte, os traços de subalternidade que a profissão carrega diante de outras de maior prestígio e reconhecimento social e acadêmico. (2009, p.64).

Ao longo de seu desenvolvimento, institucionalização e reconhecimento, o Serviço Social sempre teve como marca a predominância feminina na profissão, o que traz implicações para o seu ethos, sua imagem e a forma como é vista e interpretada socialmente. Não só o Serviço Social carregou a marca feminina na história da profissão, mas também a pedagogia e a enfermagem, o que contribuiu para se estabelecer relações hierarquizadas entre as diversas profissões na contemporaneidade.

Nesse ínterim, é importante considerar também nesse cenário que a mulher ainda enfrenta inúmeros preconceitos e discriminação no mundo do trabalho, seja quanto aos cargos, salários, direitos como a licença maternidade, dentre outras questões que perpassam a esfera de gênero e reforçam a hegemonia vigente que se ancora no patriarcado, inferiorizando e subalternizando o sujeito feminino no decorrer do processo social e histórico.

Com isso, o trabalho feminino, associado ao trabalho leve, geralmente não é reconhecido e não possui o mesmo status e prestígio do trabalho masculino, associado ao trabalho pesado, o que reforça a divisão sexual do trabalho. Além de uma concepção distorcida sobre o trabalho feminino, a mulher acaba exercendo dupla jornada, ou até mesmo tripla jornada de trabalho, pois além de trabalhar fora

de casa para contribuir com as necessidades e sobrevivência humana, assume o cuidado da casa e dos filhos. Além do mais, muitas mulheres, além de exercerem múltiplas tarefas no âmbito da produção e da reprodução, estudam o que corrobora ainda mais para a sobrecarga e intensificação de seu trabalho, diante da conciliação de inúmeras atividades. Nesse quadro, com tantos afazeres assumidos pelas mulheres, muitas optam pelo trabalho domiciliar como forma de facilidade na organização das atividades. De acordo com Nogueira,

A lógica da flexibilização na atual reestruturação produtiva do capitalismo estabelece relações com o crescimento do emprego das mulheres. Por exemplo, o trabalho terceirizado frequentemente possibilita a realização de tarefas no domicílio, concretizando o trabalho produtivo no espaço doméstico. Beneficia, dessa forma, empresários, por não terem necessidade de pagar os benefícios sociais e os direitos vinculados ao trabalho de homens ou de mulheres (2004, p.36).

Frente ao que foi apresentado, um dos grandes desafios que o assistente social enfrenta nas instituições em que estão inseridos, diz respeito ao desenvolvimento do exercício profissional de acordo com os princípios ético-políticos diante das demandas, que são apresentadas pelas instituições, pois, o profissional do Serviço Social tem um projeto ético político, que, ao longo do tempo, vem sendo construído no horizonte do compromisso com a classe trabalhadora. Sobre esse projeto Netto explicita que,

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem da profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais, estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, o que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (2006,p.144).

Esse debate sobre o projeto ético-político vem sendo travado e consolidado desde a década de 1990. De acordo com Netto (2001), esse projeto vem sendo construído pela categoria profissional, envolvendo instituições formativas, pesquisadores, discentes, docentes, organismos corporativos, acadêmicos, entidades sindicais, dentre outros. Tal projeto apresenta uma imagem ideal de profissão e um guia norteador do exercício profissional que diante do cenário socioeconômico atual torna-se um desafio para os assistentes sociais a sua materialização. Com base em Raichelis,

O trabalho profissional, na perspectiva do projeto ético político, exige um sujeito profissional qualificado capaz de realizar um trabalho complexo, social e coletivo, que tenha competência para propor, negociar com os empregadores privados ou públicos, defender projetos que ampliem direitos das classes subalternas, seu campo de trabalho e sua autonomia técnica, atribuições e prerrogativas profissionais. (2011, p.04).

Sendo assim, compreendendo as sucessivas e abruptas transformações ocorridas no mundo do trabalho e suas repercussões e incidências também no mercado de trabalho dos assistentes sociais na atualidade, considera-se desafiante a efetivação do projeto ético-político profissional, tendo em vista que suas prerrogativas apontam para uma nova forma de sociabilidade, que não seja a capitalista e que não se paute na exploração, na opressão, na dominação, na discriminação e no preconceito de todas as ordens: de gênero, raça, etnia, orientação sexual, credo, nacionalidade etc. Ou seja, é um projeto contra hegemônico que caminha na contracorrente da atual ordem societária. Por isso, considerando o assistente social como um trabalhador assalariado, que vende sua força de trabalho no mercado de trabalho como forma de sobrevivência e atendimento às suas necessidades humanas vitais, é importante sempre lembrar que os espaços sócio ocupacionais serão sempre demarcados pelas forças tensas e antagônicas presentes, o que incide na relativa autonomia profissional.

## **2.1 TENDÊNCIAS E EXIGÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO PARA OS ASSISTENTES SOCIAIS NA ATUALIDADE**

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho como já tratamos no primeiro capítulo, impactou em desmontes dos direitos trabalhistas e sociais da classe trabalhadora, além do aumento exponencial do desemprego. Isso contribuiu sobremaneira para o acirramento da questão social, trazendo inúmeros agravos para a classe trabalhadora, pois muitos passam a conviver com o desemprego estrutural, recorrendo às políticas públicas e sociais como estratégia de suprimento das suas necessidades básicas. Essas mudanças fizeram com que fosse ampliado o mercado de trabalho para os assistentes sociais. Mesmo que o campo de trabalho tenha sido ampliado, o assistente social, como trabalhador assalariado, que necessita de vender a sua força de trabalho, também se encontra imerso e

submetido a regimes contratuais e formas laborais precarizadas, com baixos salários, jornadas extensas de trabalho. Além do mais, uma parcela significativa de profissionais trabalham em mais de um emprego como forma de complementar a renda, o que foi constatado na nossa pesquisa de campo.

Observamos que a reestruturação produtiva e a acumulação flexível do trabalho trouxeram uma acentuação nas desigualdades econômicas e sociais. Com a adesão à reestruturação produtiva, muitas mercadorias e produtos que antes eram feitos por vários trabalhadores passam a ser feitos por máquinas, incorporação à lógica da chamada empresa enxuta, que significa aumento de produção com menos mão de obra, conforme apontado por Antunes (2005).

Nesse cenário, a classe trabalhadora, agora atingida pelo desemprego, passa a depender de políticas públicas. Nesse terreno tenso e contraditório, o assistente social, que também é um trabalhador assalariado, e precisa vender sua força de trabalho, é requisitado pelas empresas públicas e privadas para dirimir o conflito entre a classe trabalhadora e as empresas. Nessa linha de raciocínio recorreremos à lamamoto, dizendo que,

O Serviço Social foi regulamentado como uma “profissão liberal”. Dela decorrem os estatutos legais e éticos que prescrevem uma autonomia teórica metodológica, técnica e ético política à condução do exercício profissional. Entretanto o exercício da profissão é tensionado pela compra e venda da força de trabalho especializada do assistente social, enquanto trabalhador assalariado, determinante fundamental na autonomia do profissional. Eles restringem, em graus variados, a autonomia profissional na direção social desse exercício, com incidências na sua configuração técnica-profissional. As relações de trabalho estabelecidas com sujeitos sociais distintos, que figuram como empregadores, condicionam o processamento do trabalho concreto cotidiano e significado social de seus resultados, ao mesmo tempo em que impregnam essa atividade dos constrangimentos do trabalho alienado (2008 p.127/128).

Inserido nestes espaços ocupacionais diversos e conflituosos, o assistente social, ao mesmo tempo em que responde às demandas postas pela classe trabalhadora, também responde, contraditoriamente, aos interesses do capitalismo, e isso impacta sobre a restrição dos direitos da população usuária das políticas sociais. De acordo com lamamoto,

A divisão capitalista do trabalho e as relações dela derivadas, assentadas na propriedade privada, atribuem à burocracia sua base, qual seja, a separação dos interesses particulares e o interesse geral: cisão no interior do humano entre o privado e o público. No tratamento burocrático dos homens e das coisas – que envolve atos, poderes e vontades -, os seres reais são tratados de modo invertido, ou seja, não como são na realidade,

mas de acordo com a sua imagem no mundo da burocracia. Assim, a racionalidade burocrática adquire uma significação contrária à que se auto proclama - portadora do interesse geral, de toda sociedade – e se revela como irrealidade de um mundo invertido. (2009, p. 355).

Além do que foi apresentado sobre ser o assistente social um trabalhador assalariado que precisa vender sua força de trabalho, que se depara com um mercado de trabalho precário, com o desemprego, a informalidade, com contratos temporários e uma grande rotatividade dos postos de trabalho devido à terceirização, também precisa estar qualificado e capacitado para o exercício profissional.

Na contemporaneidade, exige-se um profissional polivalente e para atender tais requisições, é esperado que o profissional saiba mais de um idioma, tenha conhecimento de informática, conheça a linguagem brasileira de sinais, dentre outros requisitos. Mas para além das exigências do mercado de trabalho, é necessário que o assistente social extrapole tais requisições e tenha compromisso, capacidade e conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo para exercer a profissão, pois,

O assistente social lida, no seu trabalho cotidiano, com situações singulares vividas por indivíduos e suas famílias, grupos e segmentos populacionais, que são atravessadas por determinações de classes. São desafiados a desentranhar da vida dos sujeitos singulares que atendem as dimensões universais e particulares, que aí se concretizam, como condição de transitar suas necessidades sociais da esfera privada para a luta por direitos na cena pública, potenciando-a em fóruns e espaços coletivos. Isso requer tanto competência teórico-metodológica para ler a realidade e atribuir visibilidade aos fios que integram o singular no coletivo quanto a incorporação da pesquisa e do conhecimento do modo de vida, de trabalho e expressões culturais desses sujeitos sociais, como requisitos essenciais do desempenho profissional, além da sensibilidade e vontades políticas que movem a ação (IAMAMOTO, 2008, p.129).

O assistente social, além de estar sujeito a serviços precários nas organizações públicas, privadas e do terceiro setor, ainda enfrenta nestas instituições empregadoras inúmeras dificuldades para o exercício da profissão em conformidade com os compromissos ético-políticos assumidos e defendidos pela profissão, o que foi confirmado na pesquisa de campo, que apresentaremos a seguir.

## 2.2 PESQUISA DE CAMPO: ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa de campo foi realizada no decorrer do primeiro semestre do ano de 2014 e foram entrevistadas cinco profissionais que estão inseridas nas instituições da Cidade Estrutural do Distrito Federal. Anteriormente, havia uma previsão de entrevistarmos nove assistentes sociais, mas devido à sobrecarga de trabalho e inúmeras atividades das profissionais, não foi possível o agendamento e realização das entrevistas com todas.

A Cidade Estrutural localizada às margens da DF-095 (Via EPCT) originou-se na década de 1960, logo depois da inauguração de Brasília. Ocupa uma área de cerca de 29 quilômetros quadrados e a destinação inicial de parte dessa área estava reservada para o estabelecimento de um aterro sanitário que comportasse todos os dejetos e materiais dispensados por Brasília, porém, as atividades de coleta e despejo do lixo de Brasília na região atraíram migrantes que buscavam no lixo uma fonte de aumentar sua renda. Esses migrantes se estabeleceram no Aterro Sanitário, que ficou conhecido como o “Lixão da Estrutural”, vivendo em moradias precárias, sem nenhuma infraestrutura e nenhum planejamento de desenvolvimento urbano. Apesar da estrutura precária e das péssimas condições de trabalho, muitas famílias possuem no lixo sua principal fonte de renda. Observa-se nessa localidade um contingente populacional extremamente vulnerabilizado, e que tem no aterro sanitário a sua principal fonte de renda.

Diante dessa realidade e a partir da experiência vivenciada em campo de estágio nesse lócus, foi possível identificar inúmeros desafios postos ao enfrentamento da questão social via políticas públicas e ao exercício profissional das assistentes sociais que atuam em diversas instituições da Cidade Estrutural e, por isso, surgiu à necessidade desse estudo investigativo.

Assim, nos propusemos a analisar as condições de trabalho das profissionais entrevistadas, e a atuação dessas profissionais no CRAS, CREAS, Centro de Saúde e na instituição Valor Ambiental. A pesquisa nos possibilitou conhecer aproximadamente as condições de trabalho dessas profissionais, tendo como destaque as condições e disponibilidade de espaço físico, os recursos humanos, atividades em equipe, salários auferidos, condições de saúde, a relativa autonomia,



além dos desafios para a materialização do código de ética e do projeto ético político.

Das cinco entrevistadas extraímos os seguintes dados: duas assistentes sociais são casadas e três são solteiras, sendo que somente uma profissional possui filhos. No que se refere à formação profissional duas são formadas por universidades públicas e três são formadas por instituições privadas de ensino. Sobre o vínculo e relações de trabalho nos espaços ocupacionais, quatro profissionais ingressaram nas instituições através de concurso público e uma profissional ingressou na instituição através de indicação.

Perguntamos às profissionais se as mesmas participam de eventos da categoria, como o CBAS, ENPESS, Assembleias do CRESS, dentre outros, mas as profissionais responderam que não participam devido ao ritmo e intensidade de trabalho, o que as impossibilita de participarem dos encontros e eventos.

Com relação às condições de trabalho quatro das profissionais responderam que as condições de trabalho são péssimas e uma disse ser regular. Devido a terem que conviver com insetos, goteiras, com mau cheiro e espaços físicos inadequados para o exercício profissional, principalmente com referência ao sigilo profissional, às quatro entrevistadas consideraram que as condições são péssimas.

No que se refere ao espaço físico observamos um dado preocupante, pois é um elemento de suma importância no que se refere às condições éticas e técnicas do exercício profissional, conforme estabelecido e discriminado na Resolução CFESS 493/2006.

**Art. 2º:** o local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas: a) Iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional; Recursos que garantam a privacidade do usuário aquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional; b) Ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas; c) Espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado. (CFESS, 2006).

Quando questionamos sobre a qualidade e disponibilidade do espaço físico para o exercício profissional de forma a assegurar as requisições éticas e técnicas no atendimento às inúmeras demandas sociais dos usuários dos serviços, as assistentes sociais responderam da seguinte forma:

É super inadequado, é totalmente fora de toda estrutura da política nacional. Nós só temos três salas e essa sala que você está agora, ela é de atendimento individual, atendimento grupal e almoxarifado. (Entrevistada A).

Indubitavelmente mesmo porque condição de trabalho não se refere somente à estrutura física tem a ver com a relação entre as pessoas e do local físico tem a ver com as pessoas com quem você trabalha, eu sou uma pessoa muito enjoada então eu não é com qualquer pessoa que eu me relaciono não. Nessa unidade, a goteira, ratos, centopeias, lacraias, atrapalha muito porque a gente tem que ter um pouco de conforto material pra exercer o nosso trabalho, mas o que mais me cansa aqui é a lida com colegas de trabalho, isso é uma coisa que me cansa muito. Apesar das mudanças ocorridas com as políticas públicas de assistência, a mentalidade ainda, a falta de compreensão sobre o nosso trabalho, tem colega de trabalho que até hoje não sabe o que a gente faz direito, mesmo trabalhando conosco na unidade. Então eu acho que a infraestrutura é muito importante para o assistente social desenvolver bem o seu trabalho, não é porque estamos em uma favela que temos que trabalhar em um local caindo aos pedaços, pelo contrário, eu acho que quando a estrutura de um órgão público é boa eu acho que isso psicologicamente afeta o usuário que faz uso e fruto dos serviços entendeu? E quando é arrumadinho já é uma referência boa pra cidade também. Não é o que acontece no nosso CRAS né? Mas o que mais dificulta aqui, o que mais afeta a minha saúde emocional é a lida com colegas de trabalho. (Entrevistada B).

O local, por ser em frente ao aterro sanitário, dificulta e atrapalha muito o nosso atendimento a comunidade. Devido ao mau cheiro, a gente padece muito (Entrevistada C).

Olha você já foi à minha sala, você conhece e sabe que lá só cabe eu e mais uma pessoa. Se entrar a terceira não dá, realmente o ambiente não é propício (Entrevistada E).

Diante dos relatos, fica evidente a dificuldade de garantir a qualidade dos serviços prestados, conforme previsto no código de ética profissional, pois os ambientes não são propícios e não garantem minimamente infraestrutura para a realização das atividades profissionais.

No que se refere à garantia do sigilo profissional, duas profissionais compreendem que o espaço ocupacional não permite a garantia do sigilo, pois não existe uma sala reservada para o atendimento privativo, o que também implica no não cumprimento de princípios fundamentais do código de ética profissional. Tal realidade é observada com as narrativas das profissionais:

Não é adequado, não permite o sigilo porque você bate do outro lado, a pessoa já ouve. A arquitetura do acolhimento não ficou boa, enfim. Ou seja, o espaço não permite o sigilo profissional. Não, não, permite. (Entrevistada B).

Então é assim, é super inadequado o prédio pro trabalho que tem que ser aqui desenvolvido, totalmente inadequado. O espaço físico não permite o sigilo. Aqui se fala sobre abuso, violência, fala sobre tudo. Ou seja, o espaço não permite o sigilo profissional. (Entrevistada A).

Já a assistente social da empresa terceirizada, quando perguntada sobre o sigilo profissional, relatou a seguinte resposta:

Quando temos assuntos que é necessário o sigilo, levamos o usuário para outro lugar em que é possível manter o sigilo sem outras pessoas ao redor. (Entrevistada C).

Com base nos relatos, observamos os desafios presentes para a garantia do sigilo profissional que está estabelecido no código de ética do assistente social, no seu Artigo XVI, que diz: o sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional (CFESS, 1993, p.35).

Com relação ao salário, duas profissionais se manifestaram satisfeitas com sua renda mensal e as outras três não estão satisfeitas, principalmente a profissional que trabalha na empresa terceirizada. As duas profissionais satisfeitas com seus salários, já possuem mais de vinte anos de profissão e por isso foram incorporando ao longo da carreira alguns benefícios e progressões. A faixa salarial das profissionais que trabalham nas instituições públicas varia de oito a vinte salários mínimos. Já a faixa salarial da profissional da empresa terceirizada corresponde a dois salários mínimos. Diante disso, comprovamos o que foi citado no capítulo anterior sobre a flexibilização do trabalho, que tem ocasionado formas terceirizadas e gerado, em proporções volumosas, os empregos precários e com baixos salários.

Com relação à saúde, quando perguntadas se as condições de trabalho interferem ou poderiam interferir nas suas condições de saúde, gerando adoecimento, todas foram enfáticas e responderam da seguinte forma:

Sim, pois a qualidade de vida faz a diferença (Entrevistada D).

Sim bastante. E já está influenciando. A gente tá passando uma situação difícil como sempre passou, você vê o cheiro, insuportável! Enxaqueca, eu tenho enxaqueca crônica. O psicólogo tem rinite e dermatite crônica. Eu estava mandando um email pra SEAP pra que eles vejam as condições de trabalho que a gente tem diante da insalubridade e pra fazer um estudo da salubridade da gente trabalhando o dia inteiro com esse mau cheiro insuportável pra eles instalarem um ar condicionado, porque a gente sabe que na casa tem ar condicionado. Nós recebemos quatro ar condicionado do IFB de doação e não tem ninguém pra instalar. Então quer dizer, a gente tem que passar pra outro plano pra simplesmente melhorar a qualidade de vida e de trabalho, porque é esse cheiro insuportável o tempo todo, aí a gente coloca incenso, aí o psicólogo compra aquele aromatizador, coloca e mistura com o cheiro do lixo e não há enxaqueca que aguente. Eu gosto muito do que eu faço, tanto é que eu podia aposentar em 2011, porque em 2011 eu podia aposentar integral, porque além de gostar da profissão eu gosto da estrutural também. Mas essa condição, essa chuvinha, esse clima,

o cheiro é insuportável e você fica inalando! Sem fim, aqui é o dia inteiro esse cheiro. (Entrevistada A).

Influenza como já influenciou na minha saúde. Eu tenho sérios problemas de alergia e rinite devido ao mau cheiro (Entrevistada C).

Quanto ao adoecimento e sua relação com o ambiente de trabalho, identificamos que muitas profissionais já adoeceram e adoecem devido às condições precarizadas em que exercem suas atividades laborais. Esse quadro explicita a necessidade de pesquisas e aprofundamento sobre o tema, pois inclusive, Raichelis (2011), faz a seguinte reflexão:

[...] de modo geral, as pesquisas e análises sobre trabalho e saúde, ou mais propriamente sobre o adoecimento dos trabalhadores decorrente das condições em que realiza seu trabalho, são relações problematizadas a partir de sua incidência na classe trabalhadora, não incluindo aí o assistente social como sujeito vivo do trabalho social, sendo quase inexistentes estudos e pesquisas que tomam como objeto os próprios profissionais que sofrem e adoecem a partir do cotidiano do seu trabalho e da violação dos seus direitos (2011,p.426).

Com relação à autonomia relativa, três das cinco entrevistadas disseram que tem total autonomia, sendo que uma diz não ter autonomia e a outra não deixou claro.

Eu profissional do Serviço Social acho que é primordial a autonomia profissional. Por isso que eu ainda continuo aqui, porque eu tenho total autonomia profissional porque sem essa autonomia a gente não consegue fazer nenhum tipo de trabalho. Ótimo que a partir de 2004 pra cá a gente tem o SUAS. Claro como eu já tenho 33 anos de casa eu já passei por várias situações de política de Serviço Social dentro do governo, então tinha a LBA, de acordo com a mulher do governador é que se trabalhava a política do Serviço Social com o SUAS. Isso melhorou cem por cento. Então em todo Brasil que você vai você tem um CRAS e um CREAS dentro das mesmas diretrizes da forma de trabalhar. O procedimento é diferenciado, mas eu desde que entrei na secretaria eu sempre tive autonomia profissional, nunca fui podada, nunca tive problema nenhum dentro do meu limite profissional (Entrevistada A).

Dentro da política de assistência social eu como assistente social de um CRAS eu acredito muito nessa autonomia (Entrevistada C).

Não, pois há situações que não dependem que eu dê um aval, preciso encaminhar alguns casos para a Diretoria da empresa avaliar e somente depois divulgar a resposta (Entrevistada D).

De acordo com Lamamoto:

[...] as exigências impostas pelos distintos empregadores, no quadro da organização social e técnica do trabalho, também incidem nas requisições feitas ao profissional, estabelecem suas funções e atribuições, impõem regulamentações específicas às atividades a serem empreendidas no marco

do trabalho coletivo; além de normas contratuais (salários, jornada, entre outras) que condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais (2008, p. 13).

Em relação à feminização, todas as profissionais entrevistadas são mulheres, corroborando com as pesquisas do CFESS (2005) e com o que Iamamoto (2009) traz sobre o predomínio feminino na profissão do Serviço Social, desde sua gênese, o que também implica numa carga de subalternidade e muitas vezes de dupla jornada de trabalho, considerando que as mulheres assumem os trabalhos no âmbito da produção e da reprodução social.

Quanto aos limites e possibilidades profissionais nos espaços ocupacionais, obtivemos os seguintes relatos,

Antes é necessário explicar quais são minhas atribuições no Aterro, pois sou assistente social contratada pela empresa, que é uma empresa terceirizada. Devido a história do lixão da Estrutural estar presente na vida de muitas famílias e que garante o sustento de muita delas, o espaço do Aterro torna-se o “quintal da cada delas” e por isso muitas crianças e adolescentes frequentam a área, pois além de encontrarem material reciclável também encontram guloseimas e brinquedos no pátio do “Carrefa”, que é um local onde é despejado produtos que venceram ou estão prestes a vencer de supermercados e shoppings, por isso nesse lugar há uma concentração grande de crianças/adolescentes, mesmo tendo conhecimento de que é proibida a entrada e permanência delas no local. Com isso, todos os dias vou até as áreas de despejo do lixo e tento dialogar com crianças e adolescentes para que não permaneçam na área, e na tentativa de que se identifiquem e à partir daí encaminhar para as rede de apoio que nesse caso é o Conselho Tutelar. Em outros casos faço divulgação dos cursos proponho ajudar a fazer a inscrição, encaminhando para os programas de Jovens Aprendizes quando há vagas. Nessas abordagens com crianças e adolescentes costumo conversar de forma reservada quando possível ou se estão acompanhadas dos genitores busco conversar e fico a disposição para caso tenham alguma dúvida possam vir ao meu encontro, pois possuo uma sala de Apoio. Atualmente divido o espaço com funcionárias que representa o Estado, pois devido a uma demanda dos catadores e do SLU se faz necessária a presença de alguém do Estado para as questões dos catadores, principalmente relacionada ao benefício que recebem do Programa Agentes da Cidadania Ambiental, por isso a SUPAR (Subsecretaria de Assuntos e Fomentos) criou este espaço e disponibiliza uma Assistente Social para manter as informações dos catadores (Entrevistada D).

Agora a gente tá encontrando uma dificuldade imensa que é recursos humanos. A gente tá apenas com três servidores aqui, que na verdade teria que ter três agentes sociais de quarenta horas. A gente só tem um agente social de trinta horas somente pra trabalhar com toda população, com toda essa violação e vulnerabilidade. Então isso é o grande entrave. É essa questão dos recursos humanos só está eu de assistente social, não temos nenhum administrativo aqui, quer dizer, uma equipe que se reduziu a cinco servidores então realmente tá bem difícil trabalhar nesse aspecto. Não em relação a autonomia profissional. A gente atendia cem e diminuiu pra vinte e a população ela é muito afetada porque você vai deixando ela como

a gente chama de demanda reprimida pode chegar todas as demandas de ministério público do que for a coordenadora vê, e vê que a gente já tá com o limite X ela não passa fica na demanda reprimida. E violação é violência é muito difícil ir pra demanda reprimida, mas diante da situação estrutural de recursos humanos tá sendo feito isso e a nossa diretoria está ciente entendeu? E caso aconteça alguma coisa isso é bem grave. (Entrevistada A).

Nesse relato acima, observamos que quanto ao trabalho em equipe, a assistente social está atuando somente com o psicólogo e uma agente social, sendo que necessita de um número bem maior de profissionais, diante das inúmeras demandas, como está explicitado acima. Esse é um problema sério, pois a população usuária é, nesse caso, muito prejudicada, tendo em vista que os profissionais passam a dar prioridades aos atendimentos, devido ao número excessivo de demandas com um número reduzido de profissionais. Diante da situação e das condições objetivas da população da estrutural e dos nossos princípios ético-políticos, sabemos que não podemos fazer escolhas entre quem será atendido e quem ficará na “demanda reprimida”, tendo em vista que os direitos sociais e humanos precisam ser garantidos na sua universalidade e integralidade.

Por isso, as reflexões de lamamoto contribuem para analisar situações como essas, pois,

[...] é preciso considerar que a ordem burguesa é em seu cerne contraditória: ao mesmo tempo em que fornece as bases históricas para o desenvolvimento de demandas vinculadas a liberdade (direitos, garantias sociais e individuais, autonomia, autogestão), simultaneamente bloqueia e impede a sua realização (2008, p. 24).

Diante de todas essas questões que as assistentes sociais enfrentam cotidianamente nos seus espaços de trabalho, identificamos os inúmeros desafios presentes na contemporaneidade relacionados à formação e ao exercício profissional, considerando as relações estruturais e conjunturais da realidade social que interferem diretamente nas ações profissionais. Por isso, é importante a realização de pesquisas sobre essas temáticas de forma a fomentar o debate, problematizando tais experiências e realidades com vistas a se pensar estratégias efetivas de enfrentamentos cotidianos. Nesse sentido, é importante a aproximação dos assistentes sociais das entidades da categoria, como o conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO, como forma de buscar articulação coletiva e

fortalecimento da categoria profissional, diante de um quadro tão adverso e nada favorável às condições dignas e qualitativas de trabalho.

Outros desafios se colocam para a categoria profissional como a expansão desenfreada de cursos de Serviço Social por todo o país nas modalidades presencial e a distância. Tais sujeitos em formação serão os profissionais que incorporarão o mercado de trabalho. Nesse sentido, os desafios envolvem tanto a formação quanto o exercício profissional, de forma a defendermos e assegurarmos os princípios ético-políticos orientadores da profissão.

Em 2007, de acordo com pesquisas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), naquele momento já totalizava 32.823 profissionais em formação, e a citada pesquisa ainda dizia a tendência seria dobrar esse contingente nos próximos cinco anos. De acordo com Iamamoto (2008) essa expansão do curso de Serviço Social recebe um grande impulso no governo de Fernando Henrique Cardoso, e também cresceu de forma acentuada no governo de Luís Inácio Lula da Silva. Ainda citando Iamamoto,

[...] O crescimento exponencial do contingente profissional no curto prazo traz sérias implicações para o exercício e para as relações de trabalho por meio das quais ele se realiza. Dificilmente a oferta de postos de trabalho poderá acompanhar, no mesmo ritmo, o crescimento do contingente profissional, pressionando o piso salarial, a precarização das condições de trabalho, aumentando a insegurança do trabalho e o desemprego (2008, p.19).

Além disso, essa formação em massa, aligeirada, sem dimensão crítica, pode trazer sérios problemas para o exercício profissional como, interferir na qualidade dos serviços prestados à população usuária, reiterar ações moralizadoras, higienistas, punitivas, salvacionistas, redentoras e fatalistas. Também pode contribuir para a precarização dos serviços e os salários baixos, pois com um grande número de profissionais sendo colocados no mercado de trabalho a mão de obra se torna cada vez mais desvalorizada e precarizada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como finalidade identificar o impacto da precarização nas relações de trabalho e consecutivamente nos espaços ocupacionais onde incide o exercício profissional do/a assistente social. Sabemos que um trabalho de conclusão de curso tem suas limitações e o que aqui apresentamos foi um esforço de sistematização da análise que fizemos a partir dos dados que obtivemos. Por isso reconhecemos seus limites e, nesse sentido, procuramos fazer aproximações de uma realidade complexa e inesgotável, de forma a contribuir com o debate e estimular futuras pesquisas.

Observamos a partir deste trabalho que as assistentes sociais inseridas nas instituições da Cidade Estrutural estão submetidas a condições de trabalho que além de oferecer riscos à saúde das mesmas, prejudica o desenvolvimento do trabalho profissional devido à falta de recursos humanos, materiais e financeiros. Também identificamos que há instituições com um número muito reduzido de profissionais, acarretando um elevado volume de atividades, sobrecarga de trabalho e seleção de atendimentos considerados mais urgentes e prioritários, o que implica em questões éticas e políticas graves no cotidiano profissional, pois sendo o/a assistente social um profissional que atua no campo das políticas sociais de forma a contribuir para a viabilização e garantia de direitos sociais e humanos, passa a estabelecer critérios de elegibilidade.

Com base nos relatos das profissionais, foi possível verificar que tais condições de trabalho, marcadas pela precarização trazem prejuízos para um atendimento de qualidade à população, pois diante das requisições do mundo do trabalho, se privilegia o quantitativo em detrimento do qualitativo. Além de relações de trabalho precarizadas, também se observa a precarização dos espaços ocupacionais onde estão inseridas essas profissionais. A ausência de uma estrutura física que corresponda às dimensões éticas e técnicas do exercício profissional e a intensidade do trabalho influenciam tanto na saúde das profissionais quanto no trabalho por elas desenvolvido.

Foi possível observar que a reestruturação produtiva, a flexibilização do trabalho e a crise do capital na contemporaneidade, corroboram para o aumento da



precarização do trabalho, e, por conseguinte provoca o aumento do desemprego, da miséria, da informalidade, da exclusão social e do pauperismo. Tais mudanças na organização e gestão do trabalho na atualidade colaboram para a reprodução ampliada do capital e ao mesmo tempo para a degradação das relações de trabalho, afetando diretamente a classe trabalhadora que vive e sobrevive da venda de sua força de trabalho.

Nesse contexto, as políticas sociais principalmente a política de assistência social adquirem centralidade e os profissionais que são responsáveis pela formulação, implementação e execução das mesmas, tanto sofrem o impacto da precarização do trabalho como os desdobramentos da redução dos gastos públicos com o social diante do neoliberalismo. Preocupa-nos o fato de algumas profissionais entrevistadas trabalharem algumas vezes até 10 horas diárias, diante das demandas e situações apresentadas, o que pode agravar suas condições de saúde física e mental no decorrer de sua vida. Além do mais, é importante considerar que trabalhar 10 horas diárias descumpra a lei n.12.317 de 26 de agosto de 2010 que estabelece a jornada de trabalho para assistentes sociais de 30 horas semanais sem redução salarial. Tal fato explicita ainda os desafios políticos da categoria profissional para se efetivar a legislação vigente.

Além disso, identificamos a ausência de estudos e pesquisas sobre as questões vivenciadas por essas profissionais, de forma a contribuir para uma reflexão crítica do cotidiano de trabalho. A elevada demanda e sobrecarga de trabalho acabam muitas vezes sucumbindo essas profissionais ao fazer imediato, rotineiro, burocrático e restrito ao aspecto técnico-operativo. Por isso um dos desafios colocados para essas profissionais é pensar a relação teoria e prática e a relação entre as dimensões que constituem o trabalho do/a assistente social, que são permeadas pela ética, política, teoria, metodologia e técnica.

Cabe ainda destacar, de acordo com a pesquisa, que mesmo trabalhando em condições precárias e adversas que obstaculizam e limita o exercício profissional nos espaços ocupacionais, as profissionais entrevistadas se sentem satisfeitas e realizadas com a profissão.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho:** reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org) **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Os Sentidos do Trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? In: Serviço Social e Sociedade, 2011, n. 107.

\_\_\_\_\_. **A Dialética do trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social:** fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. Os custos da crise para a política social. In: **Capitalismo em crise:** política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão sexual do trabalho e Serviço Social,** São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social.** Brasília- DF, 1993.

\_\_\_\_\_. **Lei de Regulamentação da Profissão.** Lei nº 8.662 de 07 de junho de 1993.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde.** Grupo de trabalho Serviço Social na saúde. Brasília, 2010. (Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais).

\_\_\_\_\_. **Atribuições privativas do(a) Assistente Social.** Brasília, DF: CFESS, 2002.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DELGADO, Baumgratz Leila. Espaço sócio ocupacional do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.113, p.131-151, mar.2013.

DRUCK, Graça. Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de precarização do trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, n.37, p.11-22, dez.2002.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, 2001-2002, p.139-156.

GRANEMANN, Sara. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, 2009.

GUERRA, Yolanda. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v.16, n.esp. p.39-49,2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, Brasília: CFESS\ ABEPSS, 2009.

\_\_\_\_\_. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n.21, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29ª Ed. Petrópolis: Vozes,

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana do. Reestruturação do capital, Fragmentação do Trabalho e Serviço Social. In: **A nova fábrica de consensos**. São Paulo. Cortez, 1998.

MOTA, Ana Elizabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. - Brasília: CFESS/ABEPS, 2009.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.111, p.413-429, jul.,set.2012.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao estudo do método de Marx.** 1ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo, Cortez, 2009.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho:** Entre a emancipação e a precarização. São Paulo: ed. Autores Associados, 2004.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. **Além da Fabrica,** trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. 1ª ed. São Paulo, Boitempo, 2003.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.107. São Paulo: Cortez, 2011, p.420-437.

\_\_\_\_\_. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n.104, p.750-772, out. dez. 2010.

SANTOS, Soares Josiane. Particularidades da “Questão Social” no Brasil: mediações para o seu debate na “era” Lula da Silva. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 111, Jul/Set. 2012.

SANTOS, Maria Teresa dos; MANFROI, Vania Maria. Expansão e Precarização: O mercado de trabalho dos assistentes sociais em Santa Catarina. **Em Pauta**, n.30 v.10, Rio de Janeiro, p.233-252.

SILVA, Marluce Aparecida Souza e. A complexa e perversa relação trabalho e salario no Brasil. **Revista Ser Social.** N. 5, Brasília, jul/ dez. 1999.

SIMIONATTO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília, 2009.

STAMPA, Inez Terezinha. “O mundo do trabalho” e suas consequências para os trabalhadores brasileiros e suas organizações. **Em Pauta**, n.30 v.10, Rio de Janeiro, p.35-60.

TAVARES, Maria Augusta. Acumulação, trabalho e desigualdades sociais. In CEFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília, 2009.

## ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA: AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NA CIDADE ESTRUTURAL

Pesquisa “As condições de trabalho das assistentes sociais na Cidade Estrutural”.

### Trabalho de Conclusão de Curso

#### Coleta de Dados –

Período de Realização da Pesquisa: \_\_\_\_ 2014

Entrevistador/a (s): \_\_\_\_\_

Data de Realização da Entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

1. Sexo: ( ) feminino ( ) masculino
2. Há quanto tempo trabalha na Cidade Estrutural?
3. Qual foi o ano de sua graduação? Em qual instituição se graduou?
4. Qual a natureza da instituição formadora? Pública? ( ) Privada? ( )
5. Há quanto tempo você trabalha nesta instituição?
6. Você se sente realizada com o trabalho que desenvolve?
7. Qual foi a sua forma de ingresso na instituição?
  - a ( ) concurso
  - b ( ) indicação
  - c ( ) terceirização
  - d ( ) outros
8. Tendo como referência o salário mínimo que hoje é de: \$740,00, qual a sua faixa salarial?
  - ( ) De 1 a 2SM ( ) 2 a 3SM ( ) 3 a 4SM ( ) 4 a 5SM
  - ( ) 5 a 6SM ( ) 6 a 7SM ( ) 7 a 8SM ( ) ou mais
9. Nos últimos 03 anos participou de alguma atividade relacionada à profissão?
10. Você costuma participar de encontros como: CBAS, ENESS, ENPESS Assembleias do CRESS DF ou outros encontros?
11. Você é casada?
12. Tem filhos?
13. Quantos?
14. Quantas horas trabalha diariamente?
15. Caso tenha filhos, com quem fica seus filhos quando você está trabalhando?

16. Quando chega em casa ainda cuida dos afazeres domésticos ou tem alguém para fazer?
17. Você acredita que condições de trabalho precarizadas influenciam na sua saúde?
18. O espaço físico onde você trabalha é adequado para atender a população usuária?
19. Você acredita que o espaço institucional e as condições de trabalho interferem no atendimento a população usuária?
20. Como você analisa as suas condições de trabalho?  
Boa ( ) regular ( ) ruim ( ) péssima ( )
21. Possui alguma especialização? Se sim Qual? Em que área?  
Pós graduação( ) Mestrado( ) Doutorado( ) outra graduação( )
22. O salário que você recebe atende suas necessidades e da sua família?
23. Quais são suas principais atribuições e competências?
24. Você acredita que exista autonomia no seu trabalho?
25. Quais as principais demandas no seu trabalho?
26. Você consegue assegurar os princípios éticos-políticos no cotidiano de seu trabalho?
27. É possível realizar uma ação reflexiva no seu ambiente de trabalho?
28. Sua atuação é condizente com o projeto ético-político?
29. Você realiza pesquisas a partir das suas demandas? Se sim quais pesquisas?
30. Há uma formação continuada?
31. Existe um trabalho multi ou interdisciplinar? Se sim quais profissionais que estão envolvidos?
32. Quais as dificuldades que você encontra para a sua atuação profissional?
33. Quais as principais demandas postas pela instituição para você profissional?

## **ANEXO 2 - ACEITE INSTITUCIONAL**

O(A) Sr./Sra. (nome completo do responsável pela instituição), cargo do(a) responsável, nome completo da instituição onde os dados serão coletados, está de acordo com a realização da pesquisa: “O Serviço Social na Cidade Estrutural: entre a precarização e a feminização do trabalho”, de responsabilidade do(a) pesquisador(a) Maria do Nascimento Santos Ferreira aluno(a) de graduação no Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, realizado sob orientação do Professor Dr. Reginaldo Guiraldelli após revisão e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília – CEP/IH.

O estudo envolve a realização de entrevistas semiestruturadas com os assistentes sociais. A pesquisa terá a duração de 03 meses, com previsão de início em março /2014 e término em junho/2014.

Eu, (nome completo do responsável pela instituição), (cargo do (a) responsável) e nome completo da instituição onde os dados serão coletados, declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

**Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_**

## ACEITE INSTITUCIONAL

A MARLENE DE FÁTIMA AZEVEDO Subsecretária de Assistência Social da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do DF, está de acordo com a realização da pesquisa “O Serviço Social na Cidade Estrutural: entre a precarização e a feminização do trabalho”, de responsabilidade do(a) pesquisador(a) Maria do Nascimento Santos Ferreira aluno(a) de graduação no Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, realizado sob orientação do Professor Dr. Reginaldo Guiraldelli após revisão e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília – CEP/IH.

O estudo envolve a realização de entrevistas semi estruturadas com os assistentes sociais. A pesquisa terá a duração de 03 meses, com previsão de início em março /2014 e término em junho/2014.

Declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Brasília, 31 de janeiro de 2014

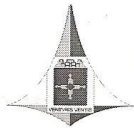


---

Nome do(a) responsável  
Assinatura e carimbo



## ANEXO 3 - TERMO DE COMPROMISSO



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL Secretaria de Estado de  
Desenvolvimento Social e Transferência de Renda  
Subsecretaria de Assistência Social



### TERMO DE COMPROMISSO

#### Pesquisador(a):

Nome completo: Maria do nascimento Santos Ferreira  
Naturalidade: Bahia Estado Civil: Casada  
Filiação: Francisco Alves dos Santos e Júlia Alves de Jesus  
Profissão: Estudante  
End. Res: QE-07 BLOCO I APTO 212 Guará 1  
Cidade: Brasília Estado: Distrito Federal  
Telefone: (61) 35688119/ 85204972  
e-mail: liamariaferreira54@gmail.com  
RG: 782600 SSP DF CPF: 38615193134

#### Instituição de Ensino Superior

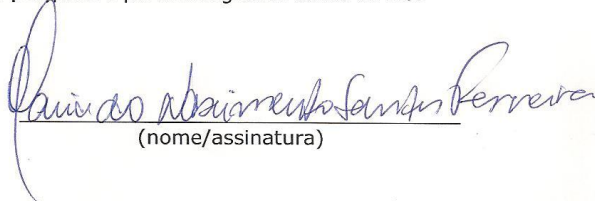
Nome: Universidade de Brasília  
End.: Campus Universitário Darcy Ribeiro Brasília Distrito Federal Cep: 70910-900  
Cidade: Brasília Estado: Distrito Federal  
Telefone (61) 31073300/3350/3400  
e-mail: do orientador Reginaldog@unb.br  
Nome do orientador: Reginaldo Guiraldelli  
Telefone do orientador: (61) 81751020

Conforme projeto de pesquisa apresentado a esta Secretaria com o de título "O Serviço Social na Cidade Estrutural: entre a precarização e a feminização do trabalho" para realização de coleta de dados na unidade da SEDEST\DF, responsabilizo-me a cumprir:

- As regras das unidades em que realizarei a pesquisa;
- A realizar a pesquisa no tempo/período estipulado no cronograma do projeto apresentado;
- A realizar a pesquisa de acordo com a metodologia estabelecida no projeto apresentado.

Por fim, estou ciente que haverá acompanhamento da pesquisa por mim realizada, pela unidade competente. Caberá a esta unidade a aplicação de advertência e/ou suspensão em caso de desvirtuamento do projeto de pesquisa.

O projeto de pesquisa é parte integrante desse termo.

  
(nome/assinatura)

Brasília-DF, (dia) de (mês) de (ano).

Subsecretaria de Assistência Social - SEDEST  
SEPN 509, Edf. Nazir, 4º andar - CEP: 70.750-901  
Fones: (61) 3348-5014 / 33485015  
www.sedest.df.gov.br

## ANEXO 4 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “O Serviço Social na Cidade Estrutural: entre a precarização e a feminização do trabalho”, de responsabilidade de Maria do Nascimento Santos Ferreira, aluno(a) de Graduação da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é: Analisar as condições de trabalho dos profissionais de Serviço Social na Cidade Estrutural do Distrito Federal com ênfase para os respectivos espaços ocupacionais: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), Coletivo da Cidade, Centro de Saúde 04, Associação Viver e Valor ambiental. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas, com roteiro previamente elaborado. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa ampliar o debate sobre o tema e contribuir o trabalho dos assistentes sociais na Cidade Estrutural.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone: (61) 81280920 ou pelo e-mail: [liamariaferreira54@gmail.com](mailto:liamariaferreira54@gmail.com).

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de, uma reunião que será previamente agendada, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH [cep\\_ih@unb.br](mailto:cep_ih@unb.br).

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) participante: \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) pesquisador(a): \_\_\_\_\_